

## O FUTURO POLÍTICO DA EUROPA

### **A instabilidade no Golfo Pérsico: uma ameaça para os interesses ocidentais**

**Maria do Céu Pinto**

Prof. Auxiliar na Universidade do Minho

O Médio Oriente e, especialmente, o Golfo Pérsico constituem áreas críticas para o Ocidente e, em particular, para os Estados Unidos. O principal interesse é obviamente o livre acesso aos recursos petrolíferos da zona. Após o embargo petrolífero de 1973, o petróleo, além de prioridade económico-financeira, passou a constituir uma componente significativa do interesse nacional americano, afectando dessa forma os cálculos da política externa e da estratégia norte-americana<sup>1</sup>.

Cerca de dois terços das reservas petrolíferas encontram-se na região do Golfo<sup>2</sup> e cerca de 60 por cento do fornecimento mundial daquele produto provém de oito Estados da zona<sup>3</sup>. No caso dos Estados Unidos, um país relativamente bem dotado de recursos próprios, mais de um terço do petróleo tem como origem o Golfo<sup>4</sup>. A importância deste recurso aumentará nos próximos quinze anos à medida que a procura, por parte do mundo industrializado, continuar a crescer. A Europa recebe 23 por cento do seu petróleo do Golfo, enquanto que o Japão recebe 70 por cento<sup>5</sup>. A tendência para o aumento desta dependência por parte do Ocidente é reforçada pelo facto de haver pouco investimento na investigação de fontes alternativas de energia e pelo custo relativamente baixo de produção do petróleo.

O Golfo Pérsico é, desde a formulação da Doutrina Nixon – que reforçava a posição do Irão e da Arábia Saudita (os chamados «twin pillars») como garantes da estabilidade da zona e de um statu quo favorável aos eua – uma área prioritária da diplomacia americana. Em 1980, com a revolução islâmica no Irão e a invasão do Afeganistão pela urss, os Estados Unidos confrontaram-se pela primeira vez com a possibilidade de perderem a sua influência nesta região estratégica. A administração Carter declarou então que os recursos petrolíferos do Golfo constituíam um recurso «vital» para o Ocidente e que os Estados Unidos tomariam as medidas necessárias para defender esse interesse. Criaram para o efeito uma força de intervenção rápida, a Rapid Deployment Task Force, preparada para uma acção militar rápida para resolver crises no Médio Oriente ou noutras áreas.

Em Janeiro de 1983, a Rapid Deployment Task Force foi promovida ao estatuto de comando unificado. O Central Command (centcom), com quartel-general na Flórida, tinha como área de intervenção o Golfo e zonas adjacentes. O objectivo desta força era tornar possível uma intervenção rápida em contingências que ameaçassem interesses vitais americanos<sup>6</sup>.

Paralelamente ao reforço do centcom, os eua procuraram reforçar os laços com os regimes pró-ocidentais, nomeadamente através do aumento da assistência militar. A administração Carter reforçou, em particular, o aparelho militar da Arábia Saudita ao longo dos anos 80. O aspecto mais significativo desta política foi a venda de awacs (Airborne Warning and Control System), sofisticados aparelhos com dispositivos de vigilância por radar. Tal medida, altamente contestada pelo Congresso americano, visava reforçar a aliança com o reino saudita, demonstrar o empenho americano em relação às

intencões subversivas do Irão e vigiar a região, detectando incursões aéreas hostis no Golfo<sup>7</sup>.

De facto, a vulnerabilidade desta região ficou bem patente durante a década de 80 com a guerra entre o Irão e o Iraque e, em 1990, com a invasão iraquiana do Koweit. Pela primeira vez, a presença militar americana na região foi solicitada pelos Estados aliados de Washington do sul do Golfo. A intervenção contra o Iraque justificava-se por várias ordens de razões. A possibilidade do Iraque vir a ficar na posse de cerca de 20 por cento das reservas petrolíferas mundiais constituía um risco para os eua e seus aliados ocidentais; a conquista do Koweit fazia ainda prever a ameaça pendente sobre o maior produtor de petróleo, a Arábia Saudita.

### **Causas da instabilidade no Golfo**

À luz dos referidos interesses vitais envolvidos no Golfo, os políticos americanos têm repetidamente afirmado que as ameaças à segurança no Golfo constituem perigos para os interesses económicos americanos<sup>8</sup> e a guerra do Golfo de 1991 demonstrou até que ponto os Americanos são capazes de ir para defender aqueles interesses. Em 1980, a Doutrina Carter formalmente expressou a vontade firme dos eua em evitar a emergência, na área, de um «poder hostil» que pudesse alterar o statu quo. Nesse sentido, Washington tem por uma combinação de meios – diplomáticos, pela imposição de sanções, pela guerra ou muito simplesmente pelo isolamento de Estados hostis – tentado impedir que Estados como o Irão ou o Iraque se constituam como poderes na área. Tal permitir-lhes-ia complicar a vida aos Estados Unidos de uma série de maneiras: controlando o fluxo de petróleo e manipulando os respectivos preços; adquirindo, à custa desses rendimentos, armas de destruição massiva; enfim, desestabilizando os Estados pró-ocidentais no Golfo, e também do Médio Oriente.

Embora no Médio Oriente vigore hoje uma Pax Americana, o facto é que esta zona constitui uma dor de cabeça para a superpotência americana. Tal como Robert Pelletreau, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Próximo Oriente, afirmou: «Há poucas áreas do mundo que combinem tal importância estratégica para os eua com instabilidade crónica»<sup>9</sup>. Pelletreau referiu os principais obstáculos à estabilidade como sendo a proliferação de armas de destruição massiva (wmd – Weapons of Mass Destruction), disputas territoriais, a instabilidade interna social e política e o subdesenvolvimento económico, os problemas de direitos humanos, o terrorismo, o extremismo e o fanatismo religioso.

A guerra Irão-Iraque e o confronto resultante da invasão iraquiana do Koweit criaram um ambiente conducente a uma corrida desenfreada aos armamentos<sup>10</sup>. O declínio da dissuasão antes assegurada pelas superpotências levou os Estados a adoptarem políticas de «self-reliance» no campo da segurança. O facto novo e preocupante no actual ciclo de desarmamento é o perigo de escalada decorrente da aquisição de armas de destruição massiva, que são vistas pelos Estados do Médio Oriente como ideais para assegurar as suas necessidades de defesa. Os ssm, mísseis terra-terra, são a plataforma de escolha de wmd pois, com poucas alterações, podem transportar cargas nucleares, químicas ou biológicas. Lewis diz que no contexto do Médio Oriente «o mais relevante é que os armamentos convencionais não constituem um equalizador eficaz. Os Estados com sistemas ssm mais precisos dispõem tanto de um equalizador como de uma vantagem potencial sobre os seus adversários»<sup>11</sup>.

A tecnologia e os materiais necessários para produzir wmd estão agora acessíveis a muitos Estados ou grupos terroristas. Estas armas não permitem a conquista de território mas têm o potencial de produzir extensos danos a nível económico e social<sup>12</sup>. A introdução de sistemas avançados irá expandir significativamente os perímetros de segurança, tal como foi demonstrado com os ataques de mísseis iraquianos contra território israelita: «os ssm aperfeiçoados conferem às forças atacantes maior flexibilidade na escolha dos alvos, desde alvos militares a centros populacionais»<sup>13</sup>. A fraqueza actual do regime de não proliferação e as múltiplas causas de potencial conflito no Médio Oriente fazem temer pela utilização destas armas.

A aquisição deste tipo de armamento pelo Iraque e pelo Irão geram preocupação fundamentada. Muito do debate em torno da atitude a adoptar pela comunidade internacional face ao Irão prende-se com o reforço por parte deste das suas capacidades militares. O programa de aquisição de armamento, em marcha desde 1989, visa reconstruir, expandir e modernizar as forças armadas iranianas. O Irão tem adquirido armamento à Rússia, China e a alguns países da Europa de Leste, embora as dificuldades financeiras tenham obrigado Teerão a cancelar alguns contratos e a limitar de forma drástica a aquisição de novo armamento.

Para alguns analistas, o reforço do arsenal iraniano é visto como natural uma vez que aquele país se situa numa área caracterizada pela instabilidade e rodeado de vizinhos que lhe são adversos<sup>14</sup>. Além disso, na sequência da guerra do Golfo, os Estados Unidos aumentaram a sua presença na região através da assinatura de acordos bilaterais de defesa com a Arábia Saudita, o Koweit, o Bahrain e o Qatar. Teerão foi excluído dos arranjos de segurança concluídos após a guerra no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (ccg), mesmo na sua qualidade de grande potência da área<sup>15</sup>. Na realidade, em comparação com os seus vizinhos, os Estados do Golfo ricos em petróleo, as aquisições de armamento por parte do Irão podem ser classificadas de modestas<sup>16</sup>.

No entanto, os planos militares do Irão têm gerado grande preocupação e teme-se que Teerão esteja a constituir uma capacidade militar superior às suas necessidades legítimas de defesa, a fim de concretizar as suas ambições hegemónicas na região<sup>17</sup>. No longo prazo, o Irão pretende dotar-se de uma Força Aérea moderna de 300 aviões de combate, um Exército de 5 a 6000 tanques, 2000 peças de artilharia, milhares de veículos blindados, uma Marinha equipada com três submarinos russos Kilo, e grande número de navios rápidos de patrulha equipados com mísseis<sup>18</sup>.

As capacidades convencionais do Irão são ainda modestas e o regime teria de fazer um grande esforço financeiro para dotar-se de uma forte capacidade ofensiva<sup>19</sup>. De facto, desde 1991 que as despesas militares têm vindo a decrescer e a partir de 1993 não têm ultrapassado um bilião de dólares. Um aspecto que confere, contudo, alguma legitimidade às preocupações americanas prende-se com o facto do Irão ter adquirido à China e à Coreia do Norte centenas de mísseis balísticos, bem como a tecnologia para os produzir. Teerão adquiriu pelo menos 300 mísseis scud-b terra-terra com um alcance de cerca de 300 km e um número desconhecido de scud-c modificados, com um alcance de aproximadamente 595 km. Estes mísseis podem atingir grandes centros populacionais no Golfo Pérsico. O Irão parece ter, também, comprado à Coreia do Norte 150 mísseis Nodong 1 com um alcance de cerca de 965 km. Estes mísseis terra-terra são capazes de transportar ogivas convencionais, químicas ou nucleares e atingir territórios tão afastados como Israel<sup>20</sup>.

Os serviços de informação americanos revelaram também que com a ajuda da Coreia, China e Rússia, o Irão está a tentar desenvolver uma nova geração de mísseis balísticos capazes de transportar ogivas de 1000 kg e com um alcance de mais de 1280 km. Este míssil permitiria ao Irão atingir Israel, todos os Emiratos do Golfo, a maior parte do território saudita e a Turquia com ogivas contendo agentes químicos ou biológicos<sup>21</sup>. Em Julho passado o Irão testou um míssil de alcance intermédio, o Shehab-3, que tem um alcance de 1300 km. Em Dezembro, o antigo presidente iraniano Ali Akbar Hashemi Rafsanjani declarou: «o Irão é hoje um produtor de mísseis que não precisa de nenhum país, China, Rússia ou outros». Afirmou ainda que os eua já não podiam travar a indústria de mísseis iraniana, porque Teerão adquiriu auto-suficiência tecnológica<sup>22</sup>.

O «drive» armamentista do Irão é inquietante dada a possibilidade de utilização, nos mísseis de longo alcance, de ogivas químicas e biológicas. Eisenstadt afirma que o Irão tem o mais activo programa de desenvolvimento de armas químicas no mundo sub-desenvolvido<sup>23</sup>. A cia (Central Intelligence Agency) prevê que o Irão produziu e armazenou cerca de 2000 toneladas de agentes químicos. O Irão dispõe também de armas biológicas e tem tentado adquirir agentes biológicos na Europa<sup>24</sup>.

Mas a tendência mais preocupante é o esforço iraniano de desenvolvimento de armas nucleares que tem progredido a coberto do programa nuclear civil. Têm sido detectadas em vários países repetidas tentativas por parte de agentes iranianos para adquirir os materiais e tecnologia necessários à produção de armas nucleares. Tal tem acontecido com mais frequência em instalações nucleares de repúblicas da antiga urss – Azerbaijão, Kazaquistão, Turquemenistão e Ucrânia – cuja segurança deixa muito a desejar<sup>25</sup>.

Os peritos divergem no que se refere ao ritmo dos progressos feitos pelo regime iraniano no sentido de se dotar de armas nucleares. Uma estimativa por baixo indica que o Irão terá certamente embarcado num esforço para adquirir o que se pode chamar de uma infraestrutura precursora para o desenvolvimento de armas nucleares. São também avançados vários cálculos do tempo que Teerão necessitará para produzir uma bomba. A cia (Central Intelligence Agency) calcula que tal acontecerá num período de 8 a 10 anos<sup>26</sup>.

Washington está particularmente mal equipada para exercer um maior controlo sobre o Irão. Os esforços que a administração Clinton tem desenvolvido desde a enunciação, em 1993, da «dual containment policy» («política de dupla contenção»), não têm sido bem sucedidos e a comunidade internacional, principalmente a Europa, não tem correspondido aos apelos e pressões de Washington para isolar o regime de Teerão.

O Iraque é, todavia, um caso diferente. Para os eua é o «test case» no Médio Oriente para travar a proliferação de wmd. A derrota do Iraque na guerra do Golfo permitiu destruir grande parte das wmd e dos mísseis de longo alcance de Bagdade. Na altura da invasão iraquiana do Koweit, o Iraque estava a menos de um ano da produção de um ou dois aparelhos nucleares e dispunha da capacidade de aumentar esta produção ao longo dos anos seguintes. O Iraque também possuía armas químicas e biológicas e dispunha de um número considerável de mísseis de longo alcance – scud-b, Al-Hussein – com um alcance de 600 km – e Al-Hijarah – com um alcance de 750 km<sup>27</sup>.

Os inspectores da onu (Organização das Nações Unidas) puseram a descoberto, particularmente nos últimos meses, as tentativas do regime de Bagdade de cobertura do seu programa de desenvolvimento de armas nucleares, agentes bacteriológicos e gases venenosos. O regime deslocou tanto o material como a informação necessária à produção

dessas armas para locais secretos e poderia iniciar a produção de tais elementos num prazo relativamente curto, se as inspecções abrandassem<sup>28</sup>.

A obstrução iraquiana às inspecções da onu começou logo no Verão de 1991, apesar das promessas de Bagdade de cooperar com os inspectores das Nações Unidas. Em lugar disso criou-se um ritual: os relatórios periódicos de Rolf Ekeus – o diplomata sueco responsável pelas investigações até meados de 1997 – falavam de «falhas e inconsistências», de «uma política de encobrimento», «ogivas desaparecidas», «informações erradas» e «incidentes perturbadores». Só em 1995, com a deserção do genro de Saddam Hussein para a Jordânia, foi possível ter uma noção real de quanto o Iraque estava a esconder. Hussein Kamel denunciou quase todos os aspectos até aí não revelados da máquina de guerra iraquiana, nomeadamente pormenores sobre o programa de desenvolvimento de agentes biológicos (Anthrax) e químicos (gás vx). Kamel revelou ainda que o Iraque tinha comprado urânio enriquecido à França e à Rússia.

A unscm (United Nations Special Commission) afirma que o Iraque mantém escondido o seu arsenal de gás vx e que o seu programa biológico permanece secreto e intacto. Bagdade tem em sua posse um número significativo de mísseis scud, descrito pelo Embaixador Ekeus como «uma força completa de mísseis». A partir de meados de 1997, a estratégia do Iraque tem sido a de provocar constantes atritos com os inspectores das Nações Unidas num estratagema de desgaste da vontade da comunidade internacional que leve, eventualmente, a um levantamento das sanções<sup>29</sup>.

A proliferação armamentista numa região tão sensível como a do Golfo não é a única preocupação de Washington. Uma outra tem a ver com a falta de entendimento e as rivalidades que marcam as relações entre os Estados pró-ocidentais do ccg. A falta de cooperação entre eles, mesmo em face de perigos comuns, tem sido uma característica marcante no relacionamento dos Estados do sul do Golfo. De facto, são as tensões existentes entre eles que impedem a concretização de um esquema de segurança regional eficaz. Existem inúmeras disputas entre os países do ccg, desde assuntos triviais a questões sérias. Dentre estas últimas, a falta de entendimento quanto ao estabelecimento das quotas individuais de produção de petróleo e a discórdia quanto ao traçado das fronteiras, são as mais recorrentes. A tensão persistente entre a Arábia Saudita e o Qatar é provocada por disputas territoriais. O mesmo acontece com Oman, devido às reivindicações sauditas relativamente a significativas partes do território daquele Estado. Oman e os Emiratos Árabes Unidos também disputam numerosas porções de território ao longo das suas fronteiras<sup>30</sup>.

A maior parte destes países alimentam uma grande desconfiança para com a Arábia Saudita pela sua posição dominante no ccg e pela forma abusiva como lidou, no passado, com os seus vizinhos. Invejas pessoais e animosidades intertribais marcam as relações entre os membros do ccg e criam um clima pouco propício a uma maior confiança mútua. Apesar das lições da história recente (nomeadamente a agressão iraquiana), e das múltiplas ameaças militares na região, a cooperação entre estes Estados no domínio da defesa tem progredido de forma muito lenta<sup>31</sup>. Os desentendimentos constantes geram pouco interesse pela criação de uma força de defesa regional e pela integração das forças nacionais numa estrutura comum com dimensão e força suficientes para criarem um sistema credível de defesa colectiva<sup>32</sup>. A estrutura desta força conjunta de defesa é, ainda, embrionária. Outros dos desafios que se apresentam neste domínio aos Estados do ccg são: a necessidade de coordenação relativamente às decisões que implicam a aquisição de

armamento e a repartição dos custos da defesa; a capacidade financeira (agora diminuída) destes Estados no que se refere a compromissos contraídos de âmbito de novos contratos de aquisição de armamentos; o atraso na realização de exercícios militares conjuntos<sup>33</sup>.

Uma área particularmente crítica para os regimes monárquico-tribais do Golfo é a gestão das mudanças no cenário político e social que se avizinham como resultado da alteração da relação das populações com o poder. As demonstrações de descontentamento populares, que vão desde as tradicionais manifestações à formação de novas forças de oposição, fazem prever, segundo alguns analistas, que mudanças políticas de fundo terão lugar no futuro próximo, nalguns casos possivelmente através de revoluções. Alguns autores mais cuidadosos prevêem uma evolução menos acidentada: «no Golfo há uma situação de contestação, não de revolução... o desafio aos Estados do ccg (e às populações) é habituarem-se à contestação aberta, um fenómeno novo que os governantes encaram com preocupação»<sup>34</sup>.

Os actuais desenvolvimentos indicam que os povos árabes, e as camadas jovens em particular, tenderão a exigir mais participação política e responsabilidade dos governantes. Efectivamente, o fim da Guerra Fria e a guerra do Golfo contribuíram para o descrédito dos regimes autoritários no mundo árabe. Na maior parte dos países árabes, reforçaram-se os movimentos de oposição aos regimes no poder e o termo «democracia» passou a ser usado indiscriminadamente para exprimir a insatisfação das massas para com os líderes. Face a esta perda visível de legitimidade, os governantes optaram por introduzir medidas tendentes a liberalizar parcialmente o sistema. Esta liberalização deverá servir, tal como refere Alan Richards, «como uma válvula de escape de forma a prevenir uma mudança radical dos seus sistemas políticos»<sup>35</sup>.

Assim, a relação tradicional entre os governantes e os governados está a fragmentar-se e a opinião pública tende a polarizar-se sob a influência das forças islamitas. Nos Estados do sul do Golfo, os radicais invocam o Islão como a resposta aos problemas de que se ressentem aquelas sociedades e têm vindo a ganhar força. Eles exigem o estabelecimento de um governo verdadeiramente islâmico, o fim dos governos «injustos», «corruptos» e o afastamento dos governantes que, acusam, se têm desviado das práticas do Islão. Exigem igualmente a retirada das forças estrangeiras – principalmente americanas – e a eliminação da influência e dos interesses ocidentais<sup>36</sup>. O movimento islamita que é, no presente contexto, e acima de tudo, um movimento de protesto e de contestação dos regimes árabes, tem vindo a crescer na Arábia Saudita. Estes grupos não são, de momento, uma alternativa credível à família Saud, mas a sua crescente legitimidade aos olhos das massas forçará os líderes a fazer uma inflexão de rumo e a respeitar a crescente sensibilidade islâmica.

Várias circunstâncias poderiam proporcionar aos islamitas a oportunidade de aumentar a sua base de apoio e conquistar terreno no campo político. A questão da sucessão no poder das actuais lideranças e as disputas (como é o caso da Arábia Saudita) que se prevêem, poderiam proporcionar esse ensejo. Existem poucos mecanismos e estão mal definidas as regras de transmissão do poder. Se uma crise deste tipo emergir numa conjuntura de exacerbação social e política, a mudança de liderança poderia ter profundas implicações na orientação política do Estado. A escolha de um sucessor impopular poderia, no caso dos Estados do Golfo pró-ocidentais, ter implicações graves e prejudicar os interesses ocidentais<sup>37</sup>.

Os países do Golfo estão neste momento a atravessar uma crise económica, resultante da queda gradual desde os anos 80 do preço do petróleo e das despesas militares efectuadas durante a guerra do Golfo. O pnb per capita registou uma quebra acentuada. No auge do «boom» petrolífero, há quinze anos atrás, os Estados do Golfo tornaram-se os países mais ricos do mundo. A situação é agora totalmente diferente: em 1995, os seis Estados do ccg tinham um pib combinado de 8700 dólares per capita, isto é, um terço do nível dos eua, e dois terços do pib israelita<sup>38</sup>. Na Arábia Saudita, o rendimento per capita caiu para menos de metade nesta última década. Os países produtores de petróleo acumulam agora pesadas dívidas externas. A Arábia Saudita contraiu dívidas no exterior para financiar os défices orçamentais. A guerra do Golfo custou biliões de dólares a estes Estados que continuam a pagar anualmente centenas de milhões de dólares para a manutenção das tropas americanas na zona. Despesas substanciais são também efectuadas cada vez que há uma ameaça de movimentação das tropas iraquianas.

A situação financeira destes países é particularmente perturbadora dada a sua dependência dos recursos petrolíferos (dois terços dos rendimentos dos Estados) e a ausência, nos próximos anos, de perspectiva de aumento significativo das rendas petrolíferas. Os Estados do Golfo serão obrigados a atrair cada vez mais investimento estrangeiro para aumentar as suas capacidades de produção. O aumento dos níveis de desemprego é um problema crescente. As populações aumentam a um ritmo anual de 3-3,5 por cento, o que torna a explosão demográfica uma ameaça, a longo prazo, ao bem-estar social e económico dos Estados do ccg. Os cortes nas despesas públicas estão já a afectar os serviços sociais gratuitos que eram, até recentemente, um privilégio dos Estados petrolíferos. Ora, no passado, os governos ofereciam serviços e compensações materiais às populações, mas ofereciam-lhe pouca participação política. Face à redução destes benefícios e às previsões económicas pessimistas, as reivindicações no sentido de uma maior intervenção na vida pública far-se-ão sentir. A conjugação destas situações forma um caldo de cultura favorável ao aumento do descontentamento.

### **O Golfo: críticas à política americana**

Segundo a administração Clinton, as principais ameaças no Golfo no pós-Guerra Fria provêm do Irão e do Iraque que não só comungam de um sentimento de hostilidade visceral em relação ao Ocidente como alimentam ambições hegemónicas na área. Do seu «cadastro» constam, segundo os funcionários daquela administração, a tentativa de desenvolver wmd, a promoção de terrorismo, a violação dos direitos humanos, a natureza autoritária dos regimes e o comportamento agressivo em relação aos seus vizinhos.

Em 1993, Martin Indyk, director dos Assuntos para o Próximo Oriente e Sudeste Asiático no Conselho Nacional de Segurança, enunciou a política americana em relação àqueles dois países, a que chamou de «dupla contenção». Esta política rejeita as abordagens das administrações anteriores de apoiar um destes países contra o outro. Foi o caso da administração Carter, que baseou a sua política no Golfo com base no reforço do Irão como potência regional, e de Reagan e Bush que apoiaram o Iraque durante a guerra que este travou contra o regime khomeinista<sup>39</sup>. A política de dupla contenção parte do princípio de que os aliados americanos na Europa e no mundo árabe cooperarão com os esforços de Washington para impedir o Irão e o Iraque de fomentarem conflitos no Golfo ou de alcançarem uma posição de hegemonia regional.

No caso do Iraque, a exigência dos eua é o cumprimento de todas as resoluções do Conselho de Segurança aprovadas na sequência da guerra do Golfo. Para enfraquecer o regime de Saddam Hussein, os eua contam com as restrições impostas à exportação do petróleo iraquiano e com as zonas de exclusão aérea no norte e sul do país. No caso do Irão, o que se pretende é a mudança de comportamento do regime dos «mullas» em seis questões fundamentais, dentre as quais constam a cessação das actividades terroristas, da oposição ao processo de paz e das tentativas de Teerão de desestabilizar os seus vizinhos do sul do Golfo. Para atingir tais objectivos, Washington tem procurado, com pouco sucesso, junto dos seus aliados, privar Teerão de créditos financeiros e de tecnologia militar.

A política de «dupla contenção» é, de todas, a política da actual administração que tem sido objecto de mais ataques<sup>40</sup>. Alguns apontam para a falta de consistência teórica desta abordagem, isto é, da ausência de foco estratégico relativamente a qual dos países, o Irão ou o Iraque, constitui o maior problema<sup>41</sup>. Outros afirmam que esta política não contempla uma questão crucial, que é a do objectivo a longo prazo relativamente ao destino dos dois regimes: o que se pretende é meramente exercer pressão sobre Bagdade e Teerão para que alterem o seu comportamento; ou, aquilo que parece ser mais desejado mas que não se exprime publicamente, o derrube dos actuais regimes<sup>42</sup>?

De acordo com Gregory Gause, o principal defeito desta política no caso do Iraque é que não antecipa ou propõe uma alternativa viável para a actual situação. Na realidade, ninguém sabe com alguma certeza o que se vai passar no futuro próximo no Iraque, sendo o caos interno o curso mais provável. A actual política contribui, segundo aquele autor, para enfraquecer o Iraque. Ora, no caso de Saddam Hussein ser derrubado, o Irão exploraria a sua ligação com os Xiitas iraquianos e tornar-se-ia, por essa via, num interveniente chave no futuro do Iraque. Quanto à cooperação que se pode esperar dos aliados americanos na implementação desta política, Gause afirma que não é muito provável, tanto por razões económicas como estratégicas, que aqueles queiram isolar Teerão. No caso do Iraque tem havido apelos para o levantamento do duro regime de sanções que tem vitimado sobretudo a população civil<sup>43</sup>.

Alguns analistas criticam a política de «dupla contenção» pelo facto de esta ser custosa, ineficaz e prejudicial aos interesses dos eua. Uma das condições para o sucesso desta política seria a manutenção, talvez expansão, da presença militar americana no Golfo<sup>44</sup>. Ora, o aumento do número de forças americanas na região, além de representar um grande compromisso tem uma série de implicações negativas, uma das quais é a possibilidade daquelas se envolverem nos conflitos regionais. Tal reforço não só se traduz em custos e riscos mais elevados para os eua, como também acentua a percepção comum entre os povos do Golfo de interferência americana nos assuntos da região.

De facto, os ataques terroristas que tiveram lugar nos últimos quatro anos são sintomáticos da hostilidade face aos Americanos. O ataque mais mortífero contra interesses americanos no Médio Oriente desde o atentado de 1983 contra as tropas americanas estacionadas em Beirute teve lugar em Novembro de 1995 em Riade quando uma bomba deflagrou na sede da Guarda Nacional saudita, vitimando cinco americanos. Em Janeiro de 1996, mais dezanove americanos foram mortos por um camião armadilhado que explodiu em frente a um conjunto residencial de tropas americanas em Dhahran. Estes atentados, que ocorreram num espaço de sete meses, são indicativos do crescente ressentimento contra a presença americana. Não só os religiosos sauditas, mas

também a maior parte da população têm feito ouvir os seus protestos contra a crescente visibilidade da presença americana em território sagrado, isto é, nas proximidades das duas mais importantes cidades do Islão, Meca e Medina. Esta hostilidade, manifestada no decorrer da guerra do Golfo, quando uma presença militar massiva pôs, pela primeira vez, os pés na Arábia Saudita, é não só um mau prenúncio para os Americanos, mas também para a família reinante que os convidou.

Os atentados contra cidadãos americanos e os movimentos de protesto que agitaram recentemente a Arábia Saudita, Oman e Bahrain, levantam a hipótese de uma mudança radical de regimes e de esforços para romper os laços com os eua. Os ataques bombistas no reino saudita deveriam ser encarados, segundo uma análise pessimista, «...não como um problema confinado à Arábia Saudita, mas como o sintoma de um desafio mais lato à presença americana no Médio Oriente»<sup>45</sup>. A nível das populações, a opinião dominante é que a presença de largos contingentes americanos constitui uma ofensa aos costumes islâmicos, constitui uma vergonhosa dependência do exterior e torna os governantes locais meros «bonecos» manipulados por Washington. A visibilidade desta presença serve também de catalisador do descontentamento interno e tem sido usada pelos opositores para incentivar a contestação do regime saudita. Para os radicais islâmicos o projecto visa, em última instância, o derrube do regime<sup>46</sup>.

A política americana em relação ao Iraque tem também sido objecto de duras críticas, quer por parte das populações, quer por parte das elites. Uma das teorias conspirativas que circula, mesmo nos círculos governamentais, é que os eua não depuseram Saddam Hussein aquando da guerra do Golfo para, a pretexto de defender a ordem regional, justificar o aumento da sua presença na região. Embora os povos do Golfo reconheçam o papel desempenhado pelos Americanos na libertação do Koweit, o certo é que pensam que essa intervenção foi excessiva e que Washington está obcecado com a destruição do Iraque. Afirma-se que a violação do Direito Internacional e da soberania do Estado koweitiano – alegadamente a justificação para a acção armada contra o Iraque – não constituíram o verdadeiro móbil, que terá antes sido a protecção dos interesses petrolíferos e a consolidação da presença americana na região.

Cada ataque militar contra o Iraque suscita invariavelmente a indignação do povo árabe. Os bombardeamentos de Dezembro passado provocaram uma série de manifestações na Síria, Jordânia, Egipto, Sudão, Iémen e junto das comunidades árabes imigradas na Europa Ocidental. Fazendo eco da sensibilidade popular, os jornais árabes criticaram a impotência dos líderes árabes e o seu silêncio em face das cenas de destruição de Bagdade. No Cairo, um aliado tradicional dos eua, o Presidente Mubarak, pressionado pelas manifestações de rua, veio tardiamente pedir o «fim das operações militares no Iraque o mais rápido possível de forma a preservar as vidas do povo irmão iraquiano e a evitar a contínua deterioração das condições na região»<sup>47</sup>.

Mesmo os Estados do Golfo, que gostariam de ver Saddam Hussein afastado do poder, apoiaram com relutância a operação anglo-americana. A Arábia Saudita, o Qatar, o Bahrain e os Emiratos Árabes Unidos, Estados que têm acordos militares com os eua, não permitiram o uso das suas bases militares para os ataques aéreos, mas apenas para operações de apoio. A Arábia Saudita, onde Washington tem estacionados sessenta caças, tem desde sempre recusado a utilização das suas bases para ataques contra território iraquiano.

As massas árabes pensam que Washington decidiu a todo o custo neutralizar Saddam Hussein e as capacidades militares iraquianas. Ora, a proposta que tem sido avançada pelos Estados árabes no sentido de controlar a proliferação nuclear é a criação de uma zona desnuclearizada em todo o Médio Oriente. Esta é uma proposta que não agrada muito aos Americanos pois implicaria o desmantelamento do arsenal nuclear israelita, sobre o qual pouco se sabe. Também se tem criticado a política de sanções contra o Iraque com base em considerações humanitárias e de segurança. Os líderes do Golfo receiam que se os eua continuarem a enfraquecer o Iraque política e militarmente, o país pode desintegrar-se e as várias partes envolver-se numa guerra civil com a participação do Irão e seus aliados locais<sup>48</sup>. A perspectiva de um Estado xiita e radical no sul do Iraque ou deste último sob a influência do Irão, assusta os países da Península Arábica, nomeadamente o Bahrain que possui também um segmento importante de população daquela denominação religiosa.

No que se refere ao Irão, os governantes do Golfo acham que a política americana de «dupla contenção» se insere numa lógica de hostilização exagerada de Teerão e, nesse sentido, aumenta as probabilidades de um confronto militar. No Golfo são muito mal vistas as decisões que Washington tem tomado com vista a isolar o Irão e a falta de diálogo e de concertação neste particular com os Estados do Golfo. Como aliados dos eua, estes Estados gostariam de ser consultados sempre que os Americanos decidem alterar de forma radical a sua política para com o Irão<sup>49</sup>.

As acções americanas tomadas ao abrigo da política de «dupla contenção» e a leitura que Washington faz das ameaças na zona têm sido alvo de duras críticas que também questionam a lógica da política americana de defesa no Golfo. Muitos governantes da região têm expressado o seu ressentimento pela forma como têm sido pressionados por Washington para implementar o Status of Forces Agreement (sofa) que prevê um conjunto de medidas tendentes a proteger as tropas e pessoal americano estacionado na região. Estes líderes apontam para o efeito que estas medidas tiveram no Irão nos anos 60. Elas concediam ao pessoal americano imunidade diplomática e suscitaram uma onda generalizada de protestos contra o regime dos Pahlavi, cujas repercussões se fizeram sentir ao longo dos anos para culminar com a revolução de 1978-1979.

Segundo os aliados americanos no Golfo, os eua têm tentado «vender» uma avaliação dos perigos na zona que serve os interesses estratégicos, económicos e das indústrias americanas, mas que tem pouca relevância à luz das considerações nacionais, regionais e intra-regionais. Em privado, muitos árabes confidenciam que as vendas de material militar (que atinge somas astronómicas desde a guerra do Golfo, especialmente da parte da Arábia Saudita e do Koweit<sup>50</sup>) têm sido conduzidas de forma a sustentar o complexo militar-industrial americano. Washington tem também exagerado, segundo aqueles, a natureza das ameaças na região de forma a induzir os dirigentes no Golfo a adquirir armamento sofisticado e caro. Os analistas afirmam que a confrontação dos eua em Outubro de 1994 com Saddam Hussein, a Operação Vigilant Warrior, se baseou exclusivamente em considerações daquele país de ordem estratégica e interna<sup>51</sup>.

Os líderes do Golfo têm manifestado o seu ressentimento por terem de arcar com as despesas para financiar estas operações e outros gastos de defesa. A Arábia Saudita, o Koweit e o Bahrain contraíram dívidas no exterior para financiarem grande parte das operações contra Saddam Hussein e devido aos problemas económicos que enfrentam viram-se obrigados a reduzir os subsídios sociais e nos serviços às suas populações.

O que parece certo de momento é que os cenários políticos no mundo árabe estão em evolução, o que requer da parte de Washington novas respostas e o abandono de políticas que fomentam uma lógica de confronto e que, numa perspectiva de futuro, não são construtivas. Os analistas que dão conta da crescente onda de antiamericanismo aconselham os diplomatas americanos a adotarem um «low-profile».

#### **Notas**

<sup>1</sup> Bernard Reich, «United States Interests in the Middle East», in H. Shaked and I. Rabinovich, editor, *The Middle East and the United States*, 62, Londres, Transaction Books, 1980.

<sup>2</sup> William J. Perry, «Gulf Security and U. S. Policy», *Middle East Policy*, III, 4, 1995, p. 8.

<sup>3</sup> Stephen Zunes, «The U. S.-GCC Relationship: Its Rise and Potential Fall», *Middle East Policy*, II, 1, 1993, p. 106.

<sup>4</sup> Id., *ibid.*, p. 106.

<sup>5</sup> U. S. Department of Energy, Office of Energy Markets and End Use, *The International Petroleum Statistics Report*, Washington, D. C., Energy Information Administration, Janeiro de 1997.

<sup>6</sup> Elizabeth J. Gamlen, «United States Strategic Policy Toward the Middle East: Central Command and the Reflagging of Kuwait's Tankers», in Hooshang Amirahmadi, editor, *The United States and the Middle East: A Search for New Perspectives*, Nova Iorque, State University of New York Press, 1993, pp. 218-219.

<sup>7</sup> Joe Stork and Martha Wenger, «U.S. Ready to Intervene», *MERIP Reports*, 14, 6/7, 1984, p. 46.

<sup>8</sup> Perry, 1995, p. 8.

<sup>9</sup> Robert H. Pelletreau, «American Objectives in the Middle East», Remarks Before the centcom Annual Southwest Asia Symposium, Tampa, Florida, 14 de Maio de 1996, p. 1.

<sup>10</sup> Em 1996 os Estados do Médio Oriente e Norte de África foram responsáveis pela importação de cerca de 40 por cento do armamento a nível mundial: Peter Feuilherade, «The Arms Trade in the Middle East: On the Up Again», *Middle East International*, 265, 21 de Novembro, 1996, p. 16.

<sup>11</sup> William Lewis, «The Military Balance: Change or Stasis?», in Phebe Marr and William Lewis, editores, *Riding the Tiger: The Middle East Challenge After the Cold War*, Boulder, Colo., Westview Press, 1993, p. 75.

<sup>12</sup> John D. Steinbruner, «Hearings on United States Security Interests in the Post-Cold War World», Statement to the House Committee on National Security, 6 de Junho de 1996, p. 3; Institute for National Strategic Studies, Strategic Assessment 1995: U.S. Security Challenges in Transition, Washington, D. C., National Defense University Press, 1996, cap. 5.

<sup>13</sup> Lewis, 1993, p. 75.

<sup>14</sup> Shaul Bakhash, «Iranian Political Dynamics and the United States», in Hooshang Amirahmadi and James A. Bill, editores, The Clinton Administration and the Future of U.S.-Iran Relations, Middle East Insight, Policy Report, 3, 1993, p. 13; Anoushiravan Ehteshami, «Iran's National Strategy», Jane's International Defense Review, 27, Abril, 1994, pp. 35-37.

<sup>15</sup> Hooshang Amirahmadi, «Containment or Collision?», Middle East Insight, XI, 5, Julho-Agosto, 1995, pp. 27-8; H. Amirahmadi, «The Spiralling Arms Race», Middle East Insight, 10, 2, Janeiro-Fevereiro, 1994, p. 47.

<sup>16</sup> Shahram Chubin, Iran's National Security Policy, Washington, D. C., The Carnegie Endowment for International Peace, 1994, pp. 34-36.

<sup>17</sup> Depoimento de Bruce Riedel ao Congresso Americano, U. S. Policy Toward Iran, Hearing Before the Committee on International Relations, House of Representatives, One Hundred Fourth Congress, 9 de Novembro de 1995, Washington, D. C., U. S. Government Printing Office, 1996, p. 11.

<sup>18</sup> James Phillips, The Challenge of Revolutionary Iran, The Heritage Foundation Committee Brief 24, 29 de Março, 1996, p. 5.

<sup>19</sup> Michael Eisenstadt, Iranian Military Power, Washington, D. C., The Washington Institute for Near East Policy, 1996, p. 63.

<sup>20</sup> Depoimento perante o Congresso americano de Joseph Nye, U. S. Congress, U. S. Policy Toward Iran and Iraq, Hearings Before the Subcommittee on New Near Eastern and South Asian Affairs of the Committee on Foreign Relations, United States Senate, One Hundred Fourth Congress, 2 de Março e Agosto de 1995, Washington, D. C., U. S. Government Printing Office, 1995, 22; Phillips, 1995; Eisenstadt, 1996, pp. 28-30.

<sup>21</sup> Barton Gellman, «Iran Missiles Mire U. S. in a Debate on Sanctions», The International Herald Tribune, 2 de Janeiro de 1998.

<sup>22</sup> Citado em Middle East Security Report 97, 17 de Dezembro de 1998.

<sup>23</sup> Eisenstadt, 1996, p. 26.

<sup>24</sup> Phillips, 1996, p. 5.

<sup>25</sup> Eisenstadt, 1996, pp. 14-16.

<sup>26</sup> Zalmay Khalilzad, «The United States and WMD: Missile Proliferation in the Middle East», in S. E. Johnson and W. H. Lewis, editores, *Weapons of Mass Destruction: New Perspectives on Counterproliferation*, Washington, D. C., National Defense University Press, 1995, p. 125.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, p. 123.

<sup>28</sup> R. Jeffrey Smith, «Iraqis' Resistance Grew for Months», *The Washington Post*, 9 de Novembro de 1997.

<sup>29</sup> Laurie Mylroie, «Iraq's Weapons of Mass Destruction and the 1997 Gulf Crisis», *Middle East Review of International Affairs*, 4, Janeiro, 1998.

<sup>30</sup> Barbara Conry, «Time Bomb: The Escalation of U. S. Security Commitments in the Persian Gulf Region», *CATO Policy Analysis*, 258, 29 de Agosto, 1996, p. 3; Phebe Marr, «U. S.-GCC Security Relations: Differing Threat Perceptions», *Strategic Forum*, 39, Agosto, 1995, p. 3.

<sup>31</sup> Marr, 1995, p. 3.

<sup>32</sup> John Duke Anthony, «The U. S.-GCC Relationship: Is It a Glass Leaking or a Glass Filling?», in David Lesch, editores, *The Middle East and the United States*, Boulder, Colo., Westview Press, 1996, p. 361.

<sup>33</sup> John Duke Anthony, «Selected Documentation of the Sixteenth GCC Heads-of-State Summit: Insights and Indications», *Middle East Policy*, 4, Outubro, 1996, p. 161.

<sup>34</sup> Patrick Clawson, «U. S.-GCC Security Relations, II: Growing Domestic, Economic and Political Problems», *Strategic Forum*, 40, Institute for National Strategic Studies, Agosto, 1995, p. 2.

<sup>35</sup> Alan Richards, «Economic Imperatives and Political Systems», *The Middle East Journal*, 47, 2, Primavera, 1993, p. 218; Gawdat Bahgat, «Democracy in the Arab World: An Elitist Approach», *International Relations*, XII, 2, Agosto, 1994, p. 53.

<sup>36</sup> Judith S. Yaphe, «Islamic Radicalism in the Arabian Peninsula: Growing Risks», *Strategic Forum*, 67, Março, 1996, p. 1.

<sup>37</sup> Institute for National Strategic Studies, 1996, cap. 5.

<sup>38</sup> Clawson, 1996, p. 1.

<sup>39</sup> Anthony Lake, «Confronting Backlash States», *Foreign Affairs*, 73, 2, Março-Abril, 1994, p. 48.

<sup>40</sup> Andrew Rathmell, «The Demise of Dual Containment», *Middle East International*, 563, 21 de Novembro, 1997, p. 18-19.

<sup>41</sup> Leslie Gelb, «Dual Containment and U. S. Interests in the Persian Gulf», in John Wilner and Dan Blumenthal, editores, *America and the Middle East: An Enduring Role in a Changing World*, Washington, D. C., The Washington Institute for Near East Policy, 1995, p. 1.

<sup>42</sup> Robert Satloff citado in «Dual Containment» and «U. S. Interests in the Persian Gulf», in John Wilner e Dan Blumenthal, editores, *America and the Middle East: An Enduring Role in a Changing World*, Washington, D. C., The Washington Institute for Near East Policy, 1995, p. 21.

<sup>43</sup> F. Gregory Gause, III, «The Illogic of Dual Containment», *Foreign Affairs*, 73, 2, Março-Abril, 1994, pp. 60-62.

<sup>44</sup> Id., *ibid.*, pp. 61-62.

<sup>45</sup> Stanley Kober, «Why Spy? The Uses and Misuses of Intelligence», *CATO Policy Analysis*, 265, 12 de Dezembro 1996 (<http://www.cato.org>).

<sup>46</sup> Yaphe, 1996, pp. 4-5; Shibley Telhami, «Uneasy in Saudi Arabia. The U. S. Can't Take its Saudi Presence for Granted», *The Washington Post*, 30 de Junho de 1996.

<sup>47</sup> Daniel Williams, «Protest, Violence Flare in Arab World», *The Washington Post*, 20 de Dezembro de 1998.

<sup>48</sup> Shibley Telhami, «Dismember Iraq? No Gulf State Would Be Able to Balance the Power of Iran», *The Washington Post*, 18 de Setembro de 1996.

<sup>49</sup> Marr, 1995, p. 1.

<sup>50</sup> Riade despendeu cerca de 17 biliões de dólares em 1996 e deverá ter gasto a mesma quantia em 1997; em 1996, o Koweit despendeu um bilião: Feuilherade, 1996, p. 16.

<sup>51</sup> Anthony, 1996, p. 164.